



O Diretor-Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições e, Considerando o disposto no § 1º do art. 3º do Decreto n. 13.990, de 02 de julho de 2014 que regulamenta a Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul;

Considerando a Resolução SEMADE n. 21, de 27 de novembro de 2015 que estabelece normas e procedimentos para a Outorga de Uso de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Considerando o deferimento com bases nos elementos do processo nº. 0002844/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os atos relacionados com as Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul, devidamente registrados no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos – CEURH, discriminados abaixo:

Ato	OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes da DURH000645
Requerente	40.074.069/0001-84 - AMBIENTAL MS PANTANAL SPE S.A.
Tipo de Ponto de Interferência	Lançamento, Transporte e Disposição Final de Efluentes
Finalidade de Uso	Esgotamento Sanitário
Município	CORONEL SAPUCAIA
Unidade de Planejamento e Gerenciamento	IGUATEMI
Coordenadas do Ponto de Interferência	Latitude: -23° 17' 0.79" - Longitude: -55° 31' 14.44" - Projeção: SIRGAS 2000
Vazão Lançada	72,00 m³/h

Art. 2º O Outorgado constante nesta portaria deverá cumprir as seguintes condicionantes:

1 Condicionantes Gerais:

1. A Outorga não implica alienação total ou parcial das águas, mas o simples direito de uso.
2. A Outorga não exime o outorgado do cumprimento da legislação ambiental pertinente ou das exigências de outros órgãos e entidades competentes.
3. O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.
4. Constitui infração das normas de utilização dos recursos hídricos aquelas elencadas no Art. 24 do Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.
5. O Outorgado deverá manter no local do empreendimento, a outorga de recursos hídricos.
6. O Outorgado se sujeita à fiscalização do IMASUL, por intermédio de seus fiscais ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.
7. Encaminhar relatório anual de monitoramento, conforme modelo da RESOLUÇÃO SEMADE Nº 21/2015, no mês em que completar um ano da data da publicação da Portaria de Outorga.
8. A renovação da Outorga deverá ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data limite de sua vigência.
9. A Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente: I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.
10. A Outorga poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, nas seguintes circunstâncias: I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga; II - ausência de uso por três anos consecutivos; III - necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas; IV - necessidade de prevenir ou de reverter grave degradação ambiental; V - necessidade de atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas; VI - indeferimento ou cassação de licença ambiental; VII - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos.
11. O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual 2.406 de 29 de Janeiro de 2002.



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL
PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0003877, DE 31 de Outubro de 2019.

12. Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

2 Condicionantes Específicas:

1. Está Portaria de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos autoriza o lançamento de Efluente Sanitário Tratado da Estação de Tratamento de Esgoto em questão, tendo as seguintes características: Direito de lançar vazão média de até 20,00 L/s ou 72,00 m³/h de efluente líquido tratado, com regime de lançamento para 24hs/dia e 30 dias mês, tendo um volume total de aproximadamente 1.728,00 m³/dia de efluente tratado a ser lançado na margem Esquerda do Córrego Nhu-Verá, nas coordenadas 23° 17' 0.79" S e 55° 31' 14,44" O, com uma concentração de DBO média de até 31,00 mg/l e Temperatura menor ou inferior a 30°C. A ETE deve apresentar eficiência mínima igual ou superior a 91,00% para a remoção da DBO_{5,20}, conforme consta na Declaração de Usuário de Recursos Hídricos n° 000645 referente a este Ponto de Interferência, devendo sempre o empreendimento atender ao previsto no Artigo 39 da Deliberação CECA n. 36/2012.

2. Esta Portaria de Outorga se enquadra no Parágrafo 1° do Artigo 3° da Resolução CERH/MS n° 44, de 13 de julho de 2019, uma vez que o Comprometimento Individual do Usuário foi de aproximadamente 84,12%, em relação a Q95 para este trecho do Corpo Hídrico.

3. Entrar no prazo de 30 dias com o Requerimento do Pleito para Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos da Captação Superficial para abastecimento público referente à DURH n.º 0003334. Ajustar o regime de captação desta DURH de acordo com a demanda necessária, considerando as Captações Subterrâneas que estão sendo realizadas, bem como outras que podem estar previstas.

4. Apresentar em até 90 dias Cronograma específico contendo as ações para redução do Regime da Captação superficial deste ponto de interferência, vincular ao Processo de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos da Captação Superficial no Córrego Nhu-Verá.

Art. 3º As características técnicas dos usos de recursos hídricos do empreendimento constante desta Resolução estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.imasul.ms.gov.br>.

Art. 4º O requerente constante nesta portaria deverá cumprir, naquilo que lhe couber, os dispositivos no Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.

Art. 5º Esta portaria tem efeito legal até 31 de Outubro de 2039.

Art. 6º Este ato revoga a PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0001832, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Art. 7º Este ato é decorrente do processo de Transferência de Outorga N. 0000586/2021.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

THAIS BARBOSA DE AZAMBUJA CARAMORI

Diretora Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, em

Assinado Digitalmente

Valide este documento em servicos.imasul.ms.gov.br, informando o código de segurança 9926809670003874 na opção "Validação de Portaria de Outorga".

